

**FRAUDE NO SENADO**

Nove dos 16 senadores disseram que votarão a favor do início do processo na sessão de quarta-feira

# Maioria do Conselho apóia cassação

HELAYNE BOAVENTURA E  
FABIANO LANA

BRASÍLIA – Pelo menos nove dos 16 senadores que compõem o Conselho de Ética revelaram que vão votar, na quarta-feira, a favor do parecer de Roberto Saturnino (PSB-RJ), que pediu abertura do processo de cassação contra Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e José Roberto Arruda (sem partido-DF). A avaliação da maioria dos parlamentares é de que não é possível recuar na punição diante da pressão da opinião pública.

O sinal de que o relatório se-

rá aprovado foi dado pelo PMDB. Orientado por líderes do partido, o presidente do Conselho de Ética, Ramez Tebet (PMDB-MS), decidiu pela votação aberta, o que prejudica os planos dos seguidores de Antonio Carlos.

O senador Amir Lando (PMDB-RO), tido como simpático de ACM, adiantou seu voto: “O processo deve ser iniciado de qualquer forma. Votarei a favor, apesar de o texto entrar no mérito do processo”. O peemedebista Casildo Maldaner (SC) também antecipou o voto ao declarar que “o relator se es-

tribuiu nos elementos que possui e haverá abertura do processo de cassação”.

A utilização da palavra “cassação” no relatório de Saturnino está servindo de argumento para os senadores pró-ACM. De acordo com eles, o processo só deve começar após a deliberação dos integrantes da Mesa Diretora do Senado. O senador Geraldo Althoff (PFL-SC) é um deles. “Foi como se, em um inquérito, o delegado já definisse qual será a pena de um réu. Não há dúvida que um ilícito foi cometido”, disse o senador Geraldo Althoff (PFL-SC).

“Com esse parecer, os opositores conseguirão vetar o nome de Saturnino na segunda etapa do processo”, previu o senador Ney Suassuna (PMDB-PB). A ameaça de deixar uma função que lhe deu notoriedade e aborrecimentos não preocupa o senador, que se disse “aliviado” com a entrega do relatório.

“Se eu não falasse em cassação, enviaria o parecer à Mesa sem definir a finalidade do processo e deixaria o trabalho incompleto”, afirmou Saturnino. As críticas ao relator não devem, no entanto, comprometer a aprovação do parecer, que terá voto

em separado do senador Paulo Souto (PFL-BA) com sugestão de penas alternativas.

A votação aberta, que poderá ser transmitida por rádio e televisão, é defendida pela maioria dos integrantes do Conselho de Ética, a despeito das reclamações feitas pelo maior defensor de Antonio Carlos, o senador Waldeck Ornélas (PFL-BA): “Está se jogando para a platéia, estamos fazendo uma verdadeira inquisição onde a fé é substituída pela opinião pública”, criticou.

Mas até mesmo pefelistas já se declaram favoráveis à tramitação do processo de cassação.

“O processo tem de ser iniciado porque o caso é grave. Essa já era a indicação da Corregedoria”, disse o corregedor do Senado, Romeu Tuma (PFL-SP).

Entre os favoráveis à cassação também se inclui o senador Lauro Campos (sem partido-DF), que já teve confirmado o direito de votar, mesmo tendo deixado o PT. “O voto deve ser aberto e o relatório é exato, muito bem feito no esforço de se tornar neutro”, declarou.

Se tiver o direito de participar do Conselho, o senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) já avisou que vai votar pela cassação.